

Mensagem aos povos da América
Ação cultural, antifascismo e União Nacional na revista *Seiva*
(1938-1943)*

Carlos Zacarias F. de Sena Júnior - UNEB
zacasenajr@uol.com.br

O objetivo deste trabalho é analisar, sumariamente, a atuação da revista baiana *Seiva* enquanto instrumento de luta política e cultural a serviço da União Nacional antifascista no Brasil. Criada em 1938, em Salvador, por jovens intelectuais engajados, a *Seiva* constituiu-se num importante espaço de divulgação das formulações políticas do Partido Comunista do Brasil (PCB) em meio ao Estado Novo, à Guerra e à ameaça fascista. Sendo um veículo legal e oficioso do Comitê Regional da Bahia (CR-BA), trabalhamos com a hipótese de que os comunistas, através das páginas da *Seiva*, iniciaram um vigoroso processo de resistência e recomposição das hostes pecebistas a partir da intervenção direta no movimento de massas que arrastou multidões às ruas contra o nazi-fascismo, a “quinta-coluna” e o integralismo, em inícios dos anos 1940.

Por tratar-se da comunicação de uma pesquisa mais ampla e ainda em andamento, relacionada ao PCB no período da “União Nacional”, este texto buscará apenas situar algumas questões que servirão para a elucidação de um período, de certa forma, ainda obscuro na história social e política brasileira, haja vista que são poucos os estudos políticos a tratarem o PCB na conjuntura entre a derrota do levante de 1935 e a sua reorganização nos anos 1940. Com efeito, buscaremos a partir da análise da ação política e cultural da revista *Seiva*, compreender o momento de reestruturação do PCB, tanto através da sua intervenção política e na luta de classes na época da guerra, quanto pela ascensão plena de uma jovem direção partidária, formada na luta antifascista, que desceria do norte e nordeste para dirigir o Partido desde o centro-sul do país em 1940, juntamente com Luís Carlos Prestes. Também é nosso propósito, na pesquisa em curso, investigar a participação da revista *Seiva* e do CR-BA neste processo, dada a importância desse organismo partidário já devidamente registrada pela historiografia brasileira e estrangeira sobre o tema.

Em dezembro de 1938 foi lançada na Bahia a revista *Seiva*, sob a direção dos estudantes João da Costa Falcão, Emo Duarte, Virgildal Sena e Eduardo Guimarães. Circulando com cerca de mil e quinhentos exemplares, e prevista inicialmente para uma tiragem mensal, o periódico veio a público com o dístico “mensagem aos intelectuais da América”, pretendendo, de maneira não pouco ambiciosa, lançar uma ponte entre a *intelligentsia* intercontinental que parecia à beira de se defrontar com mais um período de cataclismo bélico-mundial, conforme se pressentia com o avanço dos regimes nazi-fascistas, ou filo fascistas, que atingiam parte da Europa e do continente americano, desde a derrota da revolução mundial em 1923.¹

Quando em novembro de 1937, Getúlio Vargas decretou o Estado Novo no país, os movimentos sociais e, principalmente, o movimento comunista, quase que praticamente desmantelado desde o levante de 1935, seriam duramente atingidos por uma sanha de reação e anticomunismo que consagrava a vitória de governos autoritários num mundo que ainda lutava para curar as feridas da Grande Guerra que o atingira entre 1914 e 1918. Portanto, quando em maio de 1938 se reuniram na casa da família Guedes, os estudantes comunistas e membros do Comitê Regional da Bahia (CR-BA) Diógenes de Arruda Câmara (25) e Armênio Guedes (21), na presença de um outro militante, recém chegado ao Partido, de nome João Falcão (19), e incumbiram a este último de preparar as bases para o lançamento de um mensário que expressasse a política do PCB, dava-se um passo decisivo para a superação da letargia e do defensismo a que estavam submetidos os comunistas brasileiros naqueles anos de reação e contra-revolução.²

Contudo, a criação de um periódico, de uma revista propriamente dita, seria uma tarefa demasiado arriscada, porquanto havia que se tomar todas as precauções e providências necessárias para que o intento lograsse êxito, com um mínimo de risco aos seus participantes. De modo que, por orientação dos dirigentes do Comitê Regional baiano do Partido Comunista do Brasil, caberia ao jovem militante João Falcão reunir o corpo diretivo do periódico entre indivíduos insuspeitos, preferencialmente sem nenhuma ligação

com o PCB, de maneira que estes nem sequer deveriam desconfiar das ligações da revista com o Partido Comunista. Da mesma forma, Falcão, filho de uma abastada família de comerciantes de Feira de Santana, deveria angariar os fundos para o sustento integral do periódico, já que o Partido não dispunha de recursos para tal fim. Além disso, o jovem comunista deveria ainda eleger uma gráfica e recolher os textos para que a edição do primeiro número da *Seiva* circulasse o quanto antes com vistas a “aglutinação” da intelectualidade brasileira em torno de um projeto antifascista: “Seria a primeira publicação antifascista de caráter nacional dirigida pelo Partido, que através dela divulgaria sua linha política”.³

Tomadas as precauções e realizados os preparativos, no dia seis de dezembro de 1938, surgia o primeiro número da revista *Seiva*, assim denominada por sugestão do estudante de agronomia Arruda Câmara, que pretendia homenagear um outro periódico do início do século.⁴ Distribuída pelos seus diretores e alguns colaboradores nas bancas de jornais e revistas de Salvador, o novo periódico, que chegou a ser saudado nas páginas do jornal *A Tarde* pelo ex-deputado federal Luiz Viana Filho, trazia em seu primeiro número, publicado em formato grande (0,22x0,32), a colaboração de diversos intelectuais, alguns comunistas, como Leôncio Basbaum (sob o pseudônimo de Luiz Bastos), Carlos Lacerda (que assinou como Marcos Pimenta), Paulo Cavalcanti, entre outros, e quase todos antifascistas, como Afrânio Coutinho, Orlando Gomes e mais de uma dúzia de colaboradores que se unificavam no sentimento antifascista, quiçá anti-Estado Novo.⁵

A bem da verdade, nos primeiros cinco números da revista, publicados entre dezembro de 1938 e setembro de 1939, em que pese a presença de diversos comunistas assinando textos, sob pseudônimos ou não, os temas tratados eram quase todos ligados à literatura e ao mundo da cultura, muito embora de forma crítica e subliminarmente anti-autoritária. Evitava-se adentrar diretamente ao debate político procurando não se confrontar com o Estado Novo de Vargas e sua polícia política comandada por Filinto Muller.⁶ Talvez porque o próprio PCB já admitisse, desde março, a União Nacional com o governo Vargas,

talvez porque se receasse a censura do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), comandado na Bahia pelo médico Enéas Torreão Costa, não se sabe exatamente. O fato a se notar foi que a *Seiva* pouco tratou de temas mais abertamente políticos em sua primeira fase, que pode ser contada até o sexto número, publicado em novembro de 1939.

Muito embora a *Seiva* só visse a se politizar definitivamente a partir dos anos 1940, especialmente a partir de 1942, quando os Estados Unidos entrariam na guerra, ao lado da União Soviética, em 1939, no seu sexto número, o estudante de direito, Calos Garcia, ligado ao PCB, assinava um texto expressando o momento marcado pelo estabelecimento do pacto entre a Alemanha e a URSS (agosto de 1939). Talvez no esteio da posição inicialmente adotada pelo governo brasileiro frente à guerra, deflagrada em setembro de 1939, a “neutralidade” passou a ser uma bandeira defendida pelos comunistas que, inclusive, já tinham forte presença no movimento estudantil através da UNE, fundada em 1937/38. Nesse sentido, Carlos Garcia afirmava, no artigo “A posição dos estudantes frente à Guerra”, entre outras coisas: “apoio ao governo nas medidas que tomar contra os núcleos estrangeiros que põem em perigo a unidade nacional”.⁷

Se não era novidade para os comunistas apoiarem o “governo frente à reação” (sic), política que já vinham admitindo desde pelo menos 1938, o fato novo era o paradoxo de continuar a fazê-lo, contra o fascismo, no bojo da vigência do acordo entre Hitler e Stalin, que fazia com que o movimento comunista internacional abdicasse, provisoriamente, de suas noções de “bom” e “mau” imperialismo, admitindo-se ainda aberto o campo de possibilidades com a eclosão da guerra e a movimentação das potências ditas “democráticas”, bastante refratárias a uma aliança com a URSS, e o eixo nazi-fascista, momentaneamente disposto a estabelecer uma trégua com os comunistas stalinistas. De qualquer forma, deixavam-se abertas as possibilidades de enfrentamento de qualquer agressão imperialista, viesse ela da América do Norte, o que não se admitia explicitamente, viesse da Europa nazi-fascista, o que era tido como bastante mais provável.

Seria, principalmente, na segunda fase da revista, que apareceria em novo formato e com quase um ano de atraso, que o PCB expressaria com maior firmeza e nitidez sua posição de neutralidade através das páginas da *Seiva*, especialmente quando opta por desvincular a luta econômica, “pelo progresso do país”, da luta política contra Getúlio Vargas, admitido como potencial aliado contra a reação. Em setembro de 1940, com vários meses de atraso, a *Seiva* publica seu editorial comemorando um ano de vida, num número ainda pouco disposto à politização plena. E quando tratam das dificuldades para pôr em circulação um periódico, em meio aos “problemas nacionais” e à falta de informação, trazem, mais uma vez, a questão da “neutralidade” ao centro das discussões: “*Não nos esqueceremos também de derrubar os falsos conceitos que a imprensa criou da guerra, procurando atrair para este ou aquele grupo de países beligerantes, a simpatia e o apoio do povo brasileiro, quando nesta guerra a nossa atitude deve ser a da luta pela paz e pelo nosso desenvolvimento econômico*”.⁸ [grifos nossos]

Nesta segunda fase da *Seiva*, iniciada com o número sete e prosseguindo até o número 11, de dezembro de 1941, o periódico baiano vai sofrendo um processo de politização “pelas bordas”, optando por tratar de temas internacionais relacionados ao problema da guerra, mas sem implicações diretas com o Brasil. Também trataria, periféricamente, de importantes questões nacionais sem, contudo, aprofundar o problema político. Nestas circunstâncias, apareceriam as questões do petróleo e da siderurgia (nº 7); a questão da lavoura cacaueteira (nº 8); também o problema da moradia seria abordado em ampla reportagem (nº 11); todavia a *Seiva* evitou travar o debate sobre o problema do Estado Novo, optando por reafirmar a defesa da “neutralidade” (nº 8), até junho de 1942, quando publicou o seu décimo segundo número, muito depois da invasão da URSS pela Alemanha (junho de 1941), mas já sob o impacto da entrada dos Estados Unidos na Guerra e o afundamento de navios brasileiros por submarinos alemães na costa americana.⁹

Com efeito, pelo editorial intitulado “União Nacional para a Defesa da Pátria”, a *Seiva* demarcaria, finalmente, seu decidido ingresso no debate político, defendendo o a entrada do

país na guerra, ao lado das potências aliadas. Não por acaso, no íterim das edições de número 11 e 12 da revista, João Falcão havia estado, pela segunda vez, em Buenos Aires, onde juntamente com Arruda Câmara, que já residia em São Paulo com a finalidade de reorganizar o Partido naquele estado, receberia orientação do BPSA-IC que preconizava a União Nacional em torno do governo contra a agressão nazi-fascista. Os comunistas do *Komintern* entendiam que defender a União Soviética era um dever de todos as Seções Nacionais da IC pelo mundo, de maneira que a entrada dos americanos na Guerra derrubava todas as barreiras e impedimentos para que o PCB no Brasil passasse a defender a entrada do país na Guerra, ao mesmo tempo em que se perfilhavam ao lado do governo de Getúlio, no seu esforço de guerra.

Nesse sentido, não surpreende que o CR-BA, através da *Seiva*, adotasse uma posição semelhante à que já vinha sendo praticada pelos comunistas nacionalmente de apoio a Getúlio (aliás, não sem divergências). De toda sorte, procuravam fazê-lo no ensejo da defesa do país contra a agressão nazista: “É preciso que todo o povo, tanto quanto o governo, se entendam perfeitamente, e logo. Confiança mútua. Nenhuma vacilação. Apoio com patriotismo e decisão à política de defesa nacional do governo e mais liberdade de ação para o povo, mais direito de iniciativa, de organização, mais oportunidades para a participação completa de cada brasileiro, e de todos ao mesmo tempo, na grande obra da nossa defesa”.¹⁰

Nas circunstâncias em que a guerra chegava às Américas e que o Brasil era agredido, tendo navios afundados por submarinos alemães, os comunistas brasileiros, através da *Seiva*, sentiram que era chegado o momento de defender a pátria brasileira, com a União Nacional. Também pressupunham a defesa de todo o continente, quando lançavam a “mensagem aos povos da América”, dístico que havia sido adotado desde o número sete do periódico, ocasião em que a “neutralidade” ainda era defendida nos marcos de uma aliança entre os povos do continente. Entretanto, as circunstâncias agora eram outras e o Brasil poderia, enfim, lutar ao lado da URSS, contra o nazi-fascismo, ocasião em que o PCB

poderia partir para um movimento decisivo de (re)inserção no movimento de massas que ganhava as ruas do país, com a proliferação de entidades antifascistas de diversas espécies e de diversos matizes.

Com efeito, a terceira fase da *Seiva*, iniciada com o número 12, de junho de 1942, será marcada pela intervenção decisiva no debate político e pela ampla cobertura do movimento de massas, que renascia em meio à ditadura do Estado Novo. Tanto em torno da questão da guerra, quanto sobre o problema da liberdade de ação dos antifascistas e libertação dos prisioneiros do Estado Novo, que implicava na abordagem do problema da anistia e da legalidade do Partido Comunista, que também seriam pautados naqueles anos, a *Seiva* e o PCB buscaram intervir no debate em defesa do envio da “segunda frente” para combater na Europa, ao lado das “democracias” e da União Soviética.

Entretanto, ainda que defendendo a “concordia entre povo e governo” e a “pacificação da família brasileira”, ou apresentando a consigna da União Nacional, conforme vinham apontando desde 1938, os comunistas brasileiros descuidaram da vigilância, tanto que baixaram a guarda frente à ditadura do Estado Novo e num ato de ousadia, em que confrontaram o veto da censura que apreciava antecipadamente todos as edições da *Seiva*, publicaram uma entrevista desafiadora do presidente da Sociedade Amigos da América (SAA) o general Manoel Rabelo que, em passagem por Salvador, falou ao repórter da *Seiva*, Jacob Gorender. Apontando a presença de “reacionários adesistas” e “quintacolonistas” e “simpatizantes do fascismo”, que se aproveitavam das circunstâncias para se aproximarem dos iminentes vencedores do conflito, o general defendia, enfaticamente, o envio da “segunda frente” para a guerra na Europa e afirmava que o Brasil “não podia ficar marcando passo no mesmo lugar”. Também considerou “exagerado” a atitude perante o comunismo e concluiu com uma consideração sobre o último movimento de Stalin que dissolveria a Internacional Comunista, em 1943: “A dissolução do *Komintern*, está recebendo toda sorte de interpretações. Nem seria de outro modo, pois as atitudes mais sinceras são deturpadas pelos indivíduos de intenções suspeitas”.¹¹ Devido à repercussão da entrevista do general

nas hostes governistas, ordenou-se a apreensão do periódico e a prisão dos seus dirigentes e do repórter que entrevistou Manoel Rabelo, Jacob Gorender.¹²

O fato é que o episódio encerrava o primeiro período de vida da revista *Seiva*, que renasceria nos anos cinqüenta, ao tempo em que inaugurava uma nova fase na vida política do país, posto que a partir de fins de 1943, o movimento de massas viveu um gigantesco ascenso, e no curso do fim da guerra, com a vitória das “democracias”, o Partido Comunista seria legalizado, colhendo os louros de sua atuação na luta antifascista no Brasil. Com efeito, a partir de 1945, até 1947/48, enquanto os comunistas continuaram a pregar a União Nacional com a burguesia, e com o governante de plantão, as classes dominantes do país prepararam um novo golpe, consoante com a reconfiguração do mundo com o advento da “guerra fria”, mas esta, já é uma outra história.

* Devo registrar a minha gratidão ao sr. João da Costa Falcão, pela entrevista, conversas e disponibilização de seu acervo pessoal com todos os exemplares da revista *Seiva*, com exceção do número seis.

¹ Partes das informações sobre a revista *Seiva* foram retiradas de um texto ainda inédito de João Falcão que nos foi gentilmente disponibilizado pelo próprio autor. Cf. João Falcão. *História da Revista Seiva*. (edição fac-similar do primeiro ano de existência da revista *Seiva* complementada pela história sucinta da revista *Seiva*, até o último ano de sua existência – 1943 -, de autoria de seu fundador João da Costa Falcão). Salvador: (texto inédito, mimeo.), s/d.

² João Falcão. *O Partido Comunista que eu conheci. (20 anos de clandestinidade)*. 2 ed. Salvador: Contexto & Arte Editorial, 2000, p. 42-43. Neste livro, Falcão informa que estaria presente também na reunião Rui Facó.

³ *Ibidem*. p. 43.

⁴ *Ibidem*. p. 44.

⁵ *A Tarde*, 14 de dezembro de 1938. Setor: Jornais. Acervo: Jornal *A Tarde*, Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB). *Seiva*, nº 1, Salvador, dezembro de 1938, Acervo Pessoal de João Falcão (APJF).

⁶ Sobre a existência deste documento, que não é citado em nenhuma das obras de João Falcão, o ex-dirigente comunista nos informou em recente entrevista, que desconhecia seu conteúdo e sua existência.

⁷ Carlos Garcia. “A posição dos estudantes frente à Guerra”. *Apud*. João Falcão. *O Brasil e a 2ª Guerra Mundial. Testemunho e depoimento de um soldado convocado*. Brasília: Editora UNB, 1999, p. 28.

⁸ “Um ano de vida”. *Seiva*. nº 7, Salvador, setembro de 1940, p. 3 (APJF).

⁹ Em sua edição de julho de 1941, que provavelmente já estava pronta quando a União Soviética foi invadida, a *Seiva* trazia ainda um artigo assinado por Robert Wessen [?] intitulado “Esta Guerra não é nossa”. Na edição seguinte, de outubro, dá-se destaque ao rompimento das relações diplomáticas da Bolívia com a Alemanha num texto bastante cuidadoso e sem assinatura, o que expressaria a posição do periódico, em que a “paz” continuava a ser exortada. “As lições que nos dá o caso da Bolívia”. *Seiva*. nº 10, Salvador, outubro de 1941, p. 4 (APJF). Somente na página 35 é que se aborda, numa pequena nota, a Conferência de Moscou, de setembro de 1941, que preparava as bases para a formação da aliança da URSS com as “democracias” ocidentais é que se admite que o futuro da civilização está em jogo e que a vitória na guerra só poderá ser conseguida com o esmagamento do nazi-fascismo. *Ibidem*. p. 35.

¹⁰ “União Nacional para a Defesa da Pátria”. *Seiva*. Salvador, nº 12, junho de 1942, p. 2 (APJF).

¹¹ “O povo brasileiro anseia pela participação na luta”. *Seiva*, Salvador, julho de 1943, nº 18, p. 5-7. Neste mesmo número foi publicado um artigo do ex-secretário-geral da ANL Roberto Sisson, intitulado “Problemas da guerra atual”, p. 8-9.

¹² Gorender, falando vários anos depois do episódio, recordou: “Considero que esta entrevista do general Manoel Rabelo é a primeira manifestação *impressa* contra o Estado Novo. Ela é anterior ao famoso ‘Manifesto dos Mineiros’, que começou a circular meses depois. A entrevista não contém uma condenação explícita do Estado Novo, mas ataca de maneira contundente a sua política diretamente no que se refere ao esforço de guerra e, indiretamente nas suas inclinações pró-fascistas”. *Teoria & Debate*. nº 11, agosto de 1990, p. 23 (entrevista concedida a Alípio Freire e Paulo de Tarso Venceslau).